

FENAPEF - NOTA OFICIAL IX

Prezados colegas e Conselheiros de todo o Brasil,

A Federação Nacional dos Policiais Federais vem informar que tem intensificado a busca de solução junto ao Governo Federal (Diretor- Geral do DPF, Ministério do Planejamento, Casa Civil, etc.) para a negociação salarial. Tais agendas são extremamente complexas e exigem trato sigiloso.

Em razão dos últimos acontecimentos, a exemplo da prisão do Senador Delcídio do Amaral e os desdobramentos da Operação Lava Jato, o Presidente da Comissão de Orçamento adiou para o dia 18/12/2015 o prazo final para que o Governo apresente o Projeto Orçamentário para 2016, inclusive o reajuste salarial dos servidores públicos. Até então o prazo estava marcado para ontem, dia 30/11.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vem negociando com a FENAPEF a possibilidade de um reajuste diferenciado. Além disso, a Federação negocia o mesmo assunto com outros segmentos do Governo, com o apoio do nosso parlamentar, Deputado Federal Aluísio Mendes.

Enfatizamos que até o momento, os policiais federais não receberam proposta oficial sobre o reajuste salarial, atribuições, etc., razão pela qual nada foi repassado á base para a devida deliberação.

Na última sexta-feira, 27/11 em contato com o MPOG fomos informados que antes do dia 18/12 uma oficial será apresentada para que os colegas a aprovem ou a rejeitem.

Na mesma data, o Diretor- Geral do DPF solicitou á FENAPEF o encaminhamento de sugestões “viáveis”, considerando o momento político e o cenário econômico, que pudessem compor o termo de acordo que será apresentado pelo MPOG.

Entre as sugestões encaminhadas pela FENAPEF estão: imediata implantação do Adicional de Fronteira; Aumento dos auxílios alimentação, creche e saúde; tabelas remuneratórias de nível superior (ABIN) com isonomia entre servidores ativos e inativos; apoio incondicional á PEC 339 (adicional noturno) ; apresentação imediata das atribuições dos cargos para discussão e a retirada da dedicação exclusiva dos servidores do Departamento de Polícia Federal.

O Governo solicitou que a FENAPEF, ADPF, APCF e o Diretor- Geral do DPF assinem um termo consensual acerca dos itens que poderão compor o acordo com o Ministério do Planejamento.

O Diretor- Geral da Polícia Federal informou que nos próximos dias realizará uma reunião com as entidades citadas acima para negociar as sugestões apresentadas por cada representação.

As entidades que assinarem acordo com o MPOG, até o momento, terão seus efeitos financeiros efetivamente implementados a partir de agosto de 2016.

A Diretoria da FENAPEF tem enviado todos os esforços para que as questões salariais sejam resolvidas antes do novo prazo (18/12). Contudo, caso isso não ocorra, o Governo continuará a debater com a categoria e, assim que o acordo for assinado, poderá encaminhar um PLN ao Congresso Nacional solicitando a inclusão dos valores no Orçamento.

Diretoria da FENAPEF.